

Reflexões sobre os caminhos arquivísticos e da memória

Protocolos de colaboração da Fundação Mário Soares e Maria Barroso com a Guiné-Bissau

Thoughts on archival and memory trajectories: Collaboration Protocols between Mário Soares and Maria Barroso Foundation and Guinea-Bissau

Recebido em: 20/10/2025

Aprovado em: 18/06/2026

Henrique Godoy A. de Souza

[Sobre o autor >>](#)

RESUMO

Este ensaio busca trazer novas reflexões sobre a relação pós-colonial entre Portugal e Guiné-Bissau a partir dos casos específicos dos arquivos Amílcar Cabral e do Fundo Documental do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Numa perspectiva exploratória, buscou-se construir paralelos existentes entre as adversidades que a democracia guineense tem enfrentado ao longo dos seus cinquenta anos de independência e as tendências revisionistas em Portugal acerca da também cinquentenária revolução. Tendo em vista o papel da história, da memória e dos arquivos enquanto contraponto a essas tendências, interpreta-se esses paralelos históricos da libertação de ambos os países como uma oportunidade de uso dos arquivos para desacelerar tais movimentos.

Palavras-chave: arquivos; Guiné-Bissau; Portugal; memória; pós-colonialismo.

ABSTRACT

This essay seeks to offer new reflections on the postcolonial relationship between Portugal and Guinea-Bissau through the specific cases of the Amílcar Cabral archives and the Collection of the National Institute of Studies and Research. From an exploratory perspective, it aims to establish parallels between the setbacks faced by Guinean democracy over its fifty years of independence and the revisionist tendencies emerging in Portugal regarding its fifty-year-old revolution. Considering the role of history, memory, and archives as counterpoints to such tendencies, these historical parallels regarding the liberation processes of both countries are interpreted as an opportunity to use archives as a means of slowing down such movements.

Keywords: archives; Guinea-Bissau; Portugal; memory; postcolonialism.



Introdução

Este ensaio parte de uma abordagem exploratória sobre os arquivos do revolucionário Bissau-guineense e cabo-verdiano Amílcar Cabral e sobre o Fundo Documental do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) da Guiné Bissau, que estão hoje depositados na Fundação Mário Soares e Maria Barroso (FMSMB) em Lisboa, sob protocolos de cooperação. Para tanto, o texto apresenta o contexto histórico das lutas de libertação nacional e a trajetória dos arquivos em questão.

Metodologicamente, contextualiza-se, em termos históricos, as lutas de libertação africanas e sua importância na geopolítica internacional até o conflito armado iniciado em 7 de junho de 1998. Sobre o impacto nos desafios da preservação documental de forma geral, nos apoiamos em textos de Igubá Djaló – antigo diretor da Biblioteca Pública Nacional deste país e também antigo diretor do Arquivo Histórico do Inep. Para um entendimento do conflito armado de 1998 que colocou em risco os arquivos em questão, e para o dimensionamento das perdas documentais resultantes, foram utilizados dois artigos publicados em 2000 na *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*¹ numa edição especial dedicada ao 7 de Junho. Em seguida, recorremos ao próprio protocolo de cooperação entre o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a FMSMB para pôr em evidência os termos desse acordo. Foram também consultados documentos, catálogos e brochuras publicados pela FMSMB entre 1999 e 2005 que descrevem o projeto de salvaguarda dos documentos de Amílcar Cabral desde a recuperação dos arquivos em Bissau até sua disponibilização na plataforma Casa Comum.² Outras fontes de consulta para a recolha de informações foram o site do Inep e um artigo de Victor Ramos de 2013 que descreve e pondera os projetos de salvaguarda de maneira ainda mais próxima dada a participação direta do autor durante os cinco anos de cooperação.

¹ Esta e outras edições da revista *Soronda* estão depositadas na Fundação Mário Soares e Maria Barroso no fundo documental do Inep e disponíveis para consulta on-line.

² Tal plataforma fornece acesso on-line, aberto e ilimitado, aos cerca de 266 arquivos da fundação. Estão disponibilizados cerca de 1,6 milhão de objetos digitais por meio de sua interface com recursos variados de visualização e pesquisa.

Tomando o contexto supracitado como referência, proponho uma aproximação reflexiva ao tema, em especial em relação ao distanciamento que tanto Portugal quanto Guiné-Bissau experimentam em relação à sua memória democrática. A historiografia e os manuais escolares portugueses tenderam a ignorar a dimensão colonial do 25 de Abril e tratar a revolução como uma questão interna (Paço et al., 2019, p. 8), separando a relação umbilical que a luta anticolonial teve para a revolução portuguesa e sua gênese socialista. Somado a isso, o país passou pelo que se chama de “Organização do Esquecimento”: décadas sem um amplo debate público sobre a Guerra Colonial, o que “fez com que se produzisse a celebração” do término da revolução como forma de remediar sua natureza (Cardina, 2023, p. 114). Isso fica evidente também na proposta da direita portuguesa em tornar a data do fim da revolução – o 25 de Novembro – um feriado nacional.³

De maneira semelhante ao fim da Revolução em 1975, o golpe de Estado de 1980, chamado de “Movimento Reajustador de 14 de Novembro” interrompeu um projeto político original proposto pelo PAIGC e deu início a um ciclo de desgaste da democracia guineense – evidente nos numerosos golpes de Estado⁴ – e de um tensionamento socioeconómico que levou o país ao conflito armado de 1998. Tal conflito colocou os arquivos históricos da nação em risco, empurrando a sociedade guineense para outra forma de esquecimento e distanciamento de seu passado, sem mencionar o impacto na economia e na vida social do país.

Dado esse paralelo histórico, o objetivo reflexivo deste ensaio é ponderar sobre o papel que os arquivos podem exercer no enfrentamento desse problema. Com base em entrevistas a Mamadu Jao, investigador e ex-diretor do Inep; e Fodé Mané, jurista e ativista dos direitos humanos guineense, levantamos algumas questões sobre as relações de poder acerca dos arquivos. Achille Mbembe (2002) dá suporte ao entendimento da dimensão subjetiva inerente aos

³ Conforme o Projeto de lei 77/XV/1 (Portugal, 2022).

⁴ Foram quatro golpes de Estado bem sucedidos no país desde a independência: 1980; 2003, 2012 e 2025 além de diversas tentativas frustradas como em 2022 que deixou onze mortos.

arquivos e a importância de se compreender os contextos externos, a informação extrínseca, enquanto Wendy Duff e Verne Harris (2002) permitem pensar a diversificação das estruturas arquivísticas como forma de diluir as estruturas de poder que o arquivo sustenta.

O cinquentenário da independência da Guiné-Bissau, assim como do 25 de Abril em Portugal, permite pensar tanto as subjetividades que permeiam a relação protocolar a que estão sujeitos os arquivos quanto sua potência. A distância física entre a Guiné e os arquivos de Cabral espelham o esmaecimento de sua figura e seus ideais, bem como a atual localização em Lisboa pode servir simbolicamente como uma espécie de antídoto ao esquecimento e lembrar os portugueses da importância da luta dos guineenses para o próprio 25 de Abril. Dado o distanciamento que Portugal e Guiné-Bissau experimentam em relação à sua memória democrática, explorar os elos simbólicos entre o passado e o presente por meio dos arquivos pode contribuir para a desaceleração desses processos de esquecimento, oportunidade de superação de uma tensão memorial contemporânea que é parte das contradições da relação pós-colonial.

Contexto histórico das lutas de libertação

Na congruência de dois bairros de Lisboa está o Parlamento português, oficialmente Assembleia da República, instalada no Palácio de São Bento. Nesse encontro das Freguesias da Estrela e da Misericórdia, relativamente centrais na capital portuguesa, está também localizada a fundação do antigo presidente e primeiro-ministro Mário Soares. De um lado está o centro do governo nacional e, do outro, a instituição de memória, criada ao estilo dos presidentes americanos, para homenagear o político e longo resistente antifascista em Portugal, primeiro primeiro-ministro do primeiro Governo Constitucional em 1976, e, em 1986, o primeiro presidente da república civil — não militar. Seu histórico de doze prisões durante a ditadura salazarista atesta seu empenho na luta por liberdade como filho de republicano e membro da autointitulada esquerda democrática. A figura de Mário Soares ainda reverbera como um dos

fundadores da democracia portuguesa por ter sido não só um resistente político durante décadas, como por ter tido um papel chave na conciliação de forças políticas durante o conturbado ano de 1975.

Dentro do contexto ditatorial – pré 1974 – o regime era pressionado internamente não só pela militância clandestina dos comunistas e socialistas, mas por toda uma gama de antifascistas: estudantes, sindicalistas, trabalhadores, anarquistas e católicos progressistas. Para além do território europeu, a ditadura portuguesa tinha uma particularidade de difícil paralelo internacional: o domínio colonial em África até meados da década de 1970, e portanto, como é evidente, o regime encontrava seu correspondente antifascista nos territórios ocupados: o anticolonialismo.

A resistência anticolonial dos partidos nacionalistas africanos ficou marcada pela luta de libertação que escalou após tentativas frustradas de diálogo com o domínio português, iniciadas logo ao final da Segunda Guerra, e que se viu obrigada, portanto, a se armar. Os portugueses lançaram sua investida contra os movimentos de libertação nacional africanos, em 1961, no Leste Angolano, e a partir de 1963, em Moçambique e Guiné-Bissau. No caso da Guiné, o Massacre de Pidjiguiti deixou cerca de cinquenta trabalhadores do cais de Bissau mortos por se revoltarem contra as condições do trabalho e exigirem melhores salários, evidenciou a intransigência da empresa colonial e do regime como um todo, impulsionando a luta armada (Cabral, 2023, p. 155).

A repressão marcou a transição para a luta armada organizada por Amílcar Cabral. Mesmo assassinado antes das independências, ele foi capaz de projetar a ideia de uma nação dupla entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde a partir de um entendimento profundo do país e da sociedade. Cabral, enquanto agrônomo contratado pelo estado colonial português, viajou pelas diversas regiões da então Guiné portuguesa e consolidou sua compreensão da realidade material da Guiné. Numa visão marxista revolucionária, ele organizou a luta pela superação das contradições que o colonialismo impunha e a sua eventual eliminação.

A luta pela libertação africana foi o maior golpe contra os pilares do regime do Estado Novo que se sustentava na exploração

colonial. Amílcar Cabral, ainda em 1961, promove a ideia de que a luta não é contra o povo português, mas contra o regime fascista-colonial que oprime ambos os povos e afirma:

[...] temos a certeza de que a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal. Com a nossa luta de libertação contribuimos eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade (Cabral, 2023, p. 53).

Outro aspecto a ser destacado neste sentido é como a internacionalização da luta anticolonial foi crucial para seu próprio sucesso. Amílcar Cabral e os líderes revolucionários das outras colônias estavam não só organizados na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), mas inspiraram-se e articularam-se com vários outros países africanos recém-independentes como a República da Guiné, o Senegal, Marrocos, a Argélia e buscaram apoio de países socialistas como Cuba, União Soviética, China, Iugoslávia e República Democrática Alemã, e mesmo de países não-socialistas com fortes organizações anticoloniais como a Suécia e a Itália. Foram diversos os tipos de auxílio, desde treinamentos, armamentos, médicos e comida e até a publicação de livros escolares.⁵ Vale lembrar aqui também da Conferência Tricontinental de Havana para a Solidariedade entre os povos de África, Ásia e América Latina, em 1966, na qual o próprio Amílcar Cabral discursou, que visava fortalecer o apoio entre países que lutavam contra o imperialismo nas suas variadas formas, fosse contra o domínio colonial, ditaduras e guerras, como o caso do Vietnã.

Localizando as lutas de libertação africana no contexto da Guerra Fria, lembramos o caso mais emblemático da guerrilha angolana, que tinha, de um lado, o MPLA apoiado pela União Soviética e pelos comunistas portugueses, e a Unita e o FNLA apoiados pela África do Sul e Estados Unidos e pela China. Estas tensões fizeram com que, mesmo após a independência, estas forças caíssem

⁵ Como é o exemplo do *Nosso primeiro livro de leitura* do PAIGC publicado na Suécia, em 1966, para uso nas Escolas-Piloto do Partido.

em uma guerra civil mais longa do que os treze anos pela libertação contra o colonialismo português.

Na Guiné-Bissau, já no período pós-independência, em 1980, o golpe de Estado liderado por Nino Vieira, antigo combatente contra o colonialismo, retirou o então presidente e secretário-geral do PAIGC, Luís Cabral, irmão de Amílcar de ambos os cargos. Viu-se, nos anos seguintes, diversos episódios⁶ de instabilidade e crises que levaram ao conflito de 1998 (Viegas; Koudawo, 2000), como o fim do projeto binacional com Cabo-Verde, o fardo de uma economia liberal e os impactos sociais do Programa de Ajustamento Estrutural (50 anos [...], 2023a, 4 min 30 s).

Mamadu Jao (2000) analisa este período de onze meses, entre 1998 e 1999, que deixou um número estimado de 6 mil vítimas, a partir da situação econômica, que não representava melhoras nas condições de vida; a política permanente do PAIGC sob a liderança de Nino Vieira há quase vinte anos; e os baixos investimentos em educação e saúde. A Guiné podia ser vista por alguns como “um barril de pólvora”. Jao (2000) não desconsidera, mas afasta as teses mais difundidas de que o início do conflito estava ligado ao tráfico de armas e às forças independentistas do sul do Senegal, Casamansa, por parte do General das Forças Armadas Asumane Mané – que liderou o movimento contra Nino Vieira. De maneira similar, Carlos Cardoso (2000, p. 89-90) afasta a tese de uma disputa étnica entre Papeis e Mandingas ou de uma simples disputa interna do PAIGC. Ele enxerga a raiz do conflito alocada numa “crise de Estado” que se arrastava pelas últimas duas décadas como resultado de “erros, desmandos e abusos de poder”, uma somatória complexa que reduziu dramaticamente a força do Estado já dependente de

⁶ “Quando começou a crise que levou o PAIGC à beira da explosão e a Guiné-Bissau à guerra? Antes da morte de Amílcar Cabral? Nos anos do mandato do presidente Luiz Cabral, com a agudização da contradição entre cabo-verdianos e guineenses no que diz respeito ao projecto de Estado binacional? Em 1980, com o golpe de Estado de 14 de Novembro, dito Movimento Reajustador? Em 1983, com o início do abandono da linha revolucionária e estatizante, e o deslize para a economia de mercado? Em 1986, com a chamada tentativa de golpe de Estado, o famoso Caso 17 de Outubro? Em 1991, com o fim do estatuto de partido único na sequência da queda do artigo 4º da Constituição de 1984? O certo é que cada uma destas datas marca uma importante etapa na carreira do PAIGC com os seus altos e baixos” (Viegas; Koudawo, 2000, p. 11).

investimento externo e sem a coesão social que se observava nas lutas de libertação.

O que sucedeu foi um levante militar das forças armadas guineenses que se viam numa situação miserável (Cardoso, 2000, p. 94) contra Nino Vieira. Já sem condições de governar e encastelado no centro de Bissau, ele apelou para que as forças armadas senegalesas o defendessem.

Trajetória dos arquivos guineenses

Voltando à região de São Bento, em Lisboa, encontramos um cenário bastante particular: é na Fundação Mário Soares e Maria Barroso que se encontram partes importantes dos arquivos de resistentes antifascistas portugueses e de revolucionários africanos, como o de Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde, o PAIGC, tido como pai da nação cabo-verdiana e guineense⁷ e líder da luta de libertação desses países. Esses arquivos se encontram sob protocolos de colaboração que permitem às partes detentoras requisitarem a retirada dos mesmos da Fundação. A FMSMB se comprometeu a realizar todo o trabalho arquivístico desde a recolha em Bissau, a preservação, a digitalização sob normas ISO de qualidade e a disponibilização on-line gratuita numa plataforma intitulada Casa Comum mas não tem o direito de posse sobre este arquivo.

Existem diversos benefícios nesses acordos que não estão nomeadamente descritos nos protocolos, como a segurança física para preservação desses arquivos, considerando a instabilidade política da qual esse material já foi testemunha, a salvaguarda em infraestrutura adequada, a disponibilidade de profissionais e técnicos designados e o acesso on-line por meio de uma plataforma que possibilita a pesquisadores alcançar esses documentos fora de

⁷ Outro arquivo de grande relevância depositado na FMSMB é o de Mário Pinto de Andrade, um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola, o MPLA. Tal arquivo consiste em 97 unidades de instalação.

Portugal.⁸ Contudo, esbarra-se na inevitável barreira física, quando pensamos nos pesquisadores guineenses e na impossibilidade de acesso presencial às dezenas de unidades de instalação⁹ – centenas de pastas e milhares de documentos.

Iaguba Djaló descreve os desafios da preservação da documentação histórica do país após a independência:

Após um longo período de guerra e de muito sofrimento, iniciava uma nova era, a euforia abriu campo às obras para a árdua tarefa de reconstrução nacional e trouxe a esperança para a reconstituição de fragmentos da história nacional pouco memorizada. O grande desafio posto nessa altura era definir o que conservar, onde guardar, como fazer para bem guardar os bens culturais e porque guardá-los (Djaló, 2020, p. 50).

Mas os desafios iam para além da questão material e ficaram refletidos na escolha de um novo modelo educacional. “A reorganização do sector da educação e da cultura tornou-se um desafio estratégico para a jovem nação em construção, diante de um vazio institucional e jurídico” (Djaló, 2020, p. 51). Além disso, segundo Djaló, um certo tipo de ceticismo quanto à influência portuguesa na Guiné-Bissau parece ter não só afastado como contribuído para a degradação de certos acervos documentais:

a preservação do património histórico-cultural colonial não parecia encontrar um grande entusiasmo, obviamente por razões histórico-ideológicas embora se reconheça nele importância para o processo do desenvolvimento do país. Pois, os bens culturais do passado colonial foram vistos como carregados de marcas de cultura Europeia assimilacionista e antimarxista. Nesta fase de reconstrução do país, a cultura ocupou um lugar de destaque (Djaló, 2020, p. 54).

O discurso político buscava preservar aquilo que fora produzido na perspectiva da luta de libertação e acabou deixando de lado o empenho em preservar aquilo que remetesse material e culturalmente à perspectiva colonizadora. A centralidade da cultura na

⁸ O Arquivo Amílcar Cabral é um dos mais consultados dentre os arquivos da FMSMB. Ver mais em Investigadores [...] (2024).

⁹ Um total de 73 unidades de instalação do Arquivo Amílcar Cabral.

reconstrução da Guiné-Bissau entre 1973 e 1980 acabou por perder alguma intensidade nos anos seguintes.

Na década de 1980, será criado o Centro de Estudos da História Contemporânea, (CEHC) e precursor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) que abriga a Biblioteca Nacional, responsável pelas coleções e arquivos, e que tinha entre os objetivos recolher testemunhos e organizar a massa documental das Lutas de Libertação. Segundo Djaló, este foi um “período de relativa valorização do patrimônio documental” (Djaló, 2020, p. 66). Contudo, em poucos anos, com uma evolução de crises econômicas, foi difícil dar continuidade a esse processo: “o peso das dificuldades econômicas e financeiras explica, em grande medida, a insustentabilidade de projetos de curto, médio e longo prazo no sector” (Djaló, 2020, p. 68). Além disso, o maior agravante foi o conflito armado em 1998-1999 que destruiu, segundo Djaló (2020, p. 69), quase que “por completo os patrimônios documentais do país”.

Durante o conflito, o edifício do Inep teve suas salas ocupadas militarmente pelas tropas estrangeiras e bombardeado parcialmente. Estima-se 60% do principal arquivo histórico e científico da Guiné-Bissau tenha se perdido (Ramos, 2013, p. 2).¹⁰

Iaguba Djaló (2020, p. 86) recapitula:

A Guiné-Bissau, cuja formação do Estado foi a partir dos destroços da longa e sangrenta Guerra de Libertação que terá destruído várias infraestruturas, vem se juntando à triste tragédia da guerra civil de 1998, que quase esvaziou os seus acervos, tendo sido reduzida atualmente a pouco mais de 60.000 volumes. Toda essa massa documental enfrenta hoje uma série de ameaças de perda e de destruição, alguns ou a grande maioria não recebe qualquer tipo de processamento técnico até agora.

Faz-se referência à destruição como uma “tragédia”, em texto de abertura de um álbum fotográfico produzido pelo próprio Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1999). Vejamos alguns dados mais específicos:

¹⁰ Fato que consta na descrição do arquivo do Inep na plataforma Casa-Comum. Cf. Fundação Mário Soares ([201-]).

[...] os Arquivos Históricos compunham-se, antes do conflito, de um arquivo administrativo corrente com 14,30 metros lineares de documentos, um arquivo intermediário com 12,60 metros lineares de documentos, um arquivo histórico com 1.291,30 metros lineares de documentos datados de 1726 a 1988, sendo que 934,70 metros encontravam-se devidamente tratados. Além disso, comportavam um depósito audiovisual com 6.000 clichés, 7.000 fotografias, 249 cassetes referentes à luta de libertação nacional e 120 diapositivos (Sané, 2000, p. 207).

Samba Sané (2000, p. 210-214) descreve que setenta por cento dos documentos históricos foram perdidos; oitenta por cento dos arquivos audiovisuais, destruídos; toda a rede de informática, destruída; do centro de estudos ambientais, mil dispositivos e quinhentas fotografias desapareceram; do Arquivo Histórico 72% dos arquivos foram totalmente destruídos; 4 mil fotografias desapareceram junto com o equipamento audiovisual roubado, além de impressoras, retroprojector, fotocopiadoras e computadores; menos de um terço da biblioteca foi recuperada; 9 mil monografias e seiscentos periódicos desapareceram. Todo o material cartográfico e iconográfico foi perdido.

Sané (2000, p. 216) também comenta sobre o processo de recuperação empreendido pelos próprios funcionários e pesquisadores do Inep e o processo de angariação de verba para a reconstrução que teve colaboração belga, suíça, sueca, alemã, portuguesa, europeia e da Unesco.



Figura 1. Fotografia relativa à destruição do Inep durante o conflito político-militar de 1998-1999. Fotografia [...], 1989.

Em agosto de 1999, logo após o fim do conflito em Maio¹¹ e a instalação do novo governo, foi assinado um protocolo de cooperação entre o novo primeiro-ministro José Fadul, o PAIGC e a Fundação Mário Soares, no qual se previa sobretudo a recuperação e a digitalização do arquivo Amílcar Cabral assim como sua disponibilização on-line, o que caminhou para a transladação de parte dos arquivos para a FMSMB em Lisboa. Mais tarde, boa parte dos arquivos do Inep também fizeram parte de um acordo entre o governo da Guiné-Bissau, a FMSMB e a British Library em 2007, para a recuperação de documentação.

¹¹ Ler mais sobre o conflito em *Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau*, de Tchernó Djaló, Dezembro de 2000. *Soronda - Revista de Estudos Guineenses* 2 ed. p. 25-35. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09709.002#!25>

Mais especificamente, a título de informação, observemos dois protocolos de cooperação que dizem respeito a esses arquivos. Primeiramente o protocolo de 1999 relativo ao Arquivo Amílcar Cabral previa:

- a) Proceder à análise da situação geral dos referidos arquivos;
- b) Apresentar uma proposta de salvaguarda, recuperação e tratamento desses arquivos;
- c) Mobilizar os meios técnicos e financeiros necessários à sua concretização;
- d) Organizar a transferência para suporte digital da documentação Amilcar Cabral;
- e) Realizar a adequada classificação desses documentos, produzindo as cópias necessárias (Fundação Mário Soares, 2003).

Sobre o acordo de 2007, relativo ao Arquivo Histórico do Inep previu-se o apoio:

- Técnico/material: avaliação de necessidades, aquisição, envio e instalação de ferramentas capazes de dotar os AHN de modernos meios arquivísticos necessários à prossecução das suas atribuições formais, bem como os necessários para projetos específicos. Isto incluí desde computadores e scanners até caixas de arquivo, materiais de limpeza, consumíveis diversos, etc.
- Formação *in situ*: deslocação regular de técnicos da Fundação Mário Soares juntos dos AHN para ações de formação contínua, bem como para o acompanhamento/monitorização de projetos em curso. O somatório desta presença concretizou-se, nos últimos 5 anos, em mais de um ano de estadias intercaladas, por vezes de curta duração, por vezes atingindo 4 meses de seguida.
- Apoio aos técnicos locais, sob forma de complemento aos seus salários, no âmbito de projetos em curso. Refira-se que ao longo destes 5 anos, este pagamento praticamente não teve interrupções – o que reflete igualmente o facto de os projetos terem sido praticamente sequenciais, sem interrupções.
- Apoio à elaboração (e efetiva parceria institucional) de estratégias de captação de fundos, designadamente através da participação na elaboração de projetos financiados por organizações internacionais (British Library, União Europeia), bem como apoio à definição de projetos próprios da instituição (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, [201-]).

Destacamos aqui que a cooperação não só envolveu o transporte do material entre África e Europa, mas também contou com o deslocamento de profissionais e equipamento para realizar parte do trabalho em Bissau e, ao mesmo tempo, empreender uma formação aos profissionais locais.

O primeiro acordo e o primeiro descolamento de uma equipe foram definidos para a documentação de Amílcar Cabral logo após o fim do conflito armado em 1999, e, mais tarde, outro deslocamento para um protocolo de colaboração dedicado à documentação ameaçada do Inep, em 2007, que envolveu inclusive a formação de profissionais locais.

No deslocamento de 1999, uma publicação¹² da própria fundação, de 30 de agosto de 1999, ou seja, ainda no início do processo, relata como foram as primeiras semanas de trabalho. Aparentemente, a equipe dedicou-se, sobretudo, ao arquivo de Amílcar Cabral por sua relevância histórica. A publicação ressalta essa importância para a história contemporânea e comenta brevemente sobre o processo de digitalização, recuperação de documentação em risco de destruição e prevê para o ano seguinte a estabilização, a conservação, a organização e a classificação (Documentos, 1999).

Em uma outra publicação de 2001, nomeadamente o catálogo da exposição *Amílcar Cabral: Sou um simples africano...* (Caldeira, 2001), há uma curta sessão intitulada “Preservar a memória, construir o futuro”, que comenta os impactos dos “acontecimentos” de 1998-1999 para a “memória histórica” da Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Portugal, e como a Fundação Mário Soares e o Projeto de Salvaguarda do Património Histórico da África Contemporânea se mobilizaram para recuperar, poucos meses após o fim do conflito, e finalmente, a assinatura do protocolo de cooperação entre a FMSMB, o PAIGC e o Governo de Unidade Nacional da Guiné-Bissau.

A terceira publicação da FMSMB é uma brochura de quinze páginas datada de 2003 e intitulada *Arquivo Amílcar Cabral*, que descreve novamente os processos de classificação e tratamento documental, restauro e digitalização de fotografias, da disponibilização on-line e outros detalhes como os esforços pessoais da filha de Amílcar, Iva Cabral, e do presidente de Cabo-Verde, Pedro Pires. Também são descritas as condições precárias por falta de energia

¹² Uma curta série de publicações da Fundação Mário Soares intitulada *Documentos* que tiveram três edições, entre abril de 1999 e abril de 2000, nas quais foram divulgadas as mais recentes atividades em desenvolvimento da Fundação. Estão localizadas na biblioteca da FMSMB.

elétrica, com ruas bloqueadas, uma população traumatizada e a chegada da equipe em Bissau; da prioridade dada aos manuscritos e às fotografias vandalizadas (Fundação Mário Soares, 2003). Tal publicação também comenta sobre a exposição *Sou um simples africano*, no ano 2000 e sua itinerância entre a cidade da Praia, em Cabo-Verde, Bissau, Lisboa e Rio de Janeiro. Um último fato que carece de investigação é a informação de que os arquivos foram disponibilizados em suas diferentes partes simultaneamente em Lisboa, Praia e Bissau.¹³

A respeito do segundo deslocamento da equipe portuguesa à Guiné-Bissau, como parte do protocolo de 2007, Victor Ramos faz um balanço publicado em 2013 como *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: percursos do saber e da ciência* em que aponta, para além das concretizações, os principais desafios. Como resultado do programa, Victor segue para o que foi concluído e destaca:

Instalação de uma unidade de digitalização local; - Criação e manutenção do website do INEP; - Tratamento físico e digital das coleções fotográficas dos AHN [Arquivo Histórico Nacional]; Digitalização dos fundos documentais da Repartição do Gabinete do Governador e do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, bem como da revista *Soronda* e do *Boletim Cultural* da Guiné Portuguesa; Realização do simpósio *Guiledje* na rota da Independência da Guiné-Bissau; Realização da conferência internacional 'O Património cultural comum dos PALOP: História, perspectivas e desafios da sua preservação e divulgação; Exposições *Raízes* e *O Património não é só Pedra*, com base em documentação recuperada dos AHN; - Apoio à captação de fundos e elaboração de projetos internacionais de salvaguarda documental e cooperação institucional (Ramos, 2013, p. 1)

Ou seja, temos dois momentos marcantes da relação entre a Fundação Mário Soares e o governo da Guiné-Bissau, e as ponderações feitas por Victor Ramos ajudam a compreender o cenário: Ramos pontua que, para além da instabilidade política e a falta de investimento na área, não há formação arquivística no país, o que encarece a formação que deve ser feita no estrangeiro e não atrai

¹³ Não foi encontrada informação sobre as diferenças entre cada uma dessas parcelas do Arquivo Amílcar Cabral dispersas pelos três países, seja em relação ao tamanho, tratamento ou conteúdo.

esses profissionais de volta (Ramos, 2013). Para além disso, faz uma crítica à não continuidade dos inúmeros projetos que passam pela Guiné:

O problema de muitos projetos é que, sendo pela sua própria natureza de duração finita, muitas vezes não contemplam o “depois”. E o “depois” muitas vezes é o “nada”: não se criaram estruturas, muitas vezes não existe monitorização e controlo de outputs (ou esta fica-se pelo papel), o pessoal formado no âmbito do projeto não consegue dar continuidade nem efetivar a sua formação e vê a sua carreira profissional resumida a saltar de projeto em projeto, e, em suma, não fica obra (ou esta degrada-se com os anos, porque o “projeto” não contemplou a continuidade das ações na sua ausência) (Ramos, 2013, p. 5)

Parece-nos que, apesar das boas intenções e da urgência do trabalho, a realidade local não é levada em conta, e os projetos são incapazes de adaptar seus procedimentos à condição da Guiné. Como comenta Ramos, os projetos não atingem a desejada autonomia local (2013), perpetuando a dependência externa de verbas temporárias.

A questão do acesso e a distância de Cabral

Nos parece haver um impasse difícil de ser superado ao querer lançar mão da discussão sobre a localização de arquivos fundamentais para a história nacional da Guiné-Bissau, mesmo que sob um protocolo de cooperação. Se, por um lado, o acesso presencial a esses arquivos requer o deslocamento à Europa, em contrapartida não parece desejável colocá-los novamente em risco na debilitada infraestrutura guineense. Esse descompasso reflete-se, talvez, na própria relação do Estado português com suas ex-colônias, que acaba perpetuando uma relação de poder mesmo não intencionalmente.

Iagubá Djaló, numa intervenção na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),¹⁴ em 2018, a respeito da situação dramática dos arquivos do Inep e de Amílcar Cabral, entre outros, usa

¹⁴ Numa conferência sobre preservação e legado dos arquivos históricos e bibliotecas dos países membros.

a palavra mutilação para se referir ao que foram, historicamente, submetidos os chamados arquivos de soberania:

Importa referir que esses arquivos, trazidos em três etapas, nasceram incompletos tendo sido mutilados logo na altura de Transferência de Poderes do Estado colonial para o Estado independente. Uma parte substancial e importante dos arquivos ditos de soberania foram simplesmente transferidos para a ex-metrópole colonial (Lisboa). Desta feita, respostas a várias questões sobre o período podem ser encontradas em Portugal (2018, p. 74).

Não há uma discussão sobre a repatriação desses arquivos, mas, sim, sobre a criação de condições de preservação em Bissau para que os arquivos possam, eventualmente, ser realocados. Djaló reforça a necessidade de enfrentar, a longo prazo, o problema da preservação documental na capital guineense, uma vez que seus principais edifícios estão degradados e seu funcionamento dependente de sucessivos projetos temporários (2018). Sinaliza, ainda, a importância da soberania nacional sobre documentos históricos centrais para a própria nação e o “acesso permanente” a essa herança (2018, p. 77).

Mamadu Jao, em entrevista à RFI, afirma que ainda há um enorme desafio no trabalho de escrita da história da luta pela libertação nacional, inclusive pelas dificuldades de valorização dos recursos humanos disponíveis, em referência aos baixos salários e ao pouco estímulo que existe na área da conservação arquivística (50 anos [...], 2023b, 28 min 30 s). Djaló reforça que “[é] difícil encontrar pessoal formado e qualificado nesse domínio. Também não é nada fácil reter bons especialistas nesta área” (2018, p. 76).

No que diz respeito ao legado simbólico desses arquivos e do de Amílcar Cabral, Jao afirma que há, hoje, apesar de o nome de Cabral e de sua imagem estarem sempre presentes na “língua do povo”, falta ação que represente este legado; e, no balanço dos cinquenta anos de independência, há, segundo ele, uma distância entre o “cabralismo original” e o de hoje (2023, 30 min).

Fodé Mané afirma que, num balanço dos últimos cinquenta anos pós-independência, tentou-se dar continuidade ao projeto de sociedade de Amílcar Cabral que não se resume a bandeira, hino e

constituição, mas a uma nova vida ao povo, com dignidade, autonomia e sentimento de pertencimento. Este seria o “Programa Maior” de Cabral (50 anos [...], 2023a, 1 min 30 s). No sentido de tarefa não cumprida, a celebração deve sair do formalismo da proclamação da independência e colocar em prática a noção que o próprio Amílcar Cabral idealizou para o desenvolvimento da sociedade. Este cenário de resgate do “Programa Maior” de Cabral, de valorização da democracia por meio da própria história nacional, não difere em larga medida do que ocorre em Portugal, no sentido de haver, desde os anos 1990, um forte movimento revisionista que “ataca os fundamentos da democracia portuguesa: a não legitimidade histórica do Estado Novo e a Revolução de 1974 como a origem da democracia”; e impulsiona um movimento contrário e defensivo a essa ofensiva revisionista (Soutelo, 2014, p. 125). Talvez o que se entenda por voltar ao cabralismo na Guiné seja o equivalente a “Cumprir os Valores de Abril”,¹⁵ os projetos políticos que a revolução e a independência fizeram nascer e que foram parcialmente ou totalmente abandonados com o tempo, sobretudo os de base socialista.

Uma abordagem mais subjetiva sobre os arquivos da libertação estarem localizados na rua de São Bento permite pensar que a própria luta anticolonial africana, assim como a revolução portuguesa, não terminou; como forma de resistir às tendências revisionistas que tentam invalidar ideologicamente o passado (Soutelo, 2014). Numa reflexão sobre este cenário, pode-se dizer que ainda se reclama por Abril, assim como por Cabral.

Reflexões finais

Assumimos, aqui, uma abordagem mais reflexiva, depois de ter explorado as nuances históricas que podem ser levantadas sobre esses arquivos. Observou-se os processos históricos pelos quais a Guiné-Bissau atravessou e como se deu a política de preservação documental.

¹⁵ Como se clama sobretudo pela esquerda sindical-comunista portuguesa em manifestações e programas políticos.

O Golpe de Estado de 1980 implicou numa ruptura com o projeto de sociedade original do PAIGC e deu início a um lento e gradual ciclo de crises que culminaram indiretamente na destruição física e na dispersão de uma importante massa documental do país. Ao longo do texto, colocamos em evidência os danos que esse conflito causou aos arquivos históricos e a falta de recursos humanos e materiais atuais na Guiné-Bissau que implica na não permanência desses arquivos em seu território, criando a dependência de projetos de cooperação internacional.

Em um balanço dos cinquenta anos da independência, é possível identificar, de acordo com Fodé e Jao, um esmaecimento das ideias de Amílcar Cabral e o distanciamento do Programa Maior. De forma semelhante, a revolução portuguesa tem sofrido um revisionismo ideológico que também a afasta dos valores descumpridos de Abril. No movimento contrário, que tenta contrapor essa ofensiva ao momento fundador da democracia portuguesa, existe um pilar fundamental que vem ganhando visibilidade nos últimos anos: a importância histórica da luta anticolonial para a queda do fascismo em Portugal.

São essas duas camadas simbólicas que estimulam as reflexões finais deste texto: a distância física entre o Arquivo Amílcar Cabral e Bissau, paralelamente ao esvaecer do cabralismo, e a presença física do arquivo em Lisboa, como símbolo de uma necessária reaproximação da memória da luta anticolonial com o debate democrático antirrevisionista. Assim chegamos a reflexões abertas sobre as camadas de subjetividade política inerente aos arquivos e, conseqüentemente, à sua valorização enquanto ferramenta política e de poder. Então, veremos duas abordagens que se alimentam mutuamente: a incorporação de elementos de subjetividade como forma de empoderamento do arquivo, e, no mesmo sentido, a flexibilização das técnicas arquivísticas, assumindo e lidando com as contradições.

Como sugere Achille Mbembe (2002), o poder do arquivo está na sua subjetividade, no seu uso, na sua abertura e na exploração dos seus alcances e limites. O autor deixa claro que o arquivo não tem significado fora da experiência subjetiva, que depende de uma série de condicionantes:

quem os detém; sob qual autoridade dependem; o contexto político em que são visitados; as condições sob as quais são acessados; a distância entre o que se busca e o que se encontra; a maneira em que são decodificados e como o que lá se encontra é apresentado e tornado público (Mbembe, 2002, p. 23, tradução nossa).¹⁶

Assumir essas condicionantes e trabalhar com as contradições que elas explicitam se aproxima do que Wendy Duff e Verne Harris (2002) trazem em sua abordagem sobre uma importante ferramenta arquivística, que é a descrição: vislumbrando ver o poder do arquivo ser diluído pela flexibilização e pela permeabilização das caixas que o enclausuram, estimulando o trabalho do arquivista numa perspectiva libertadora, incorporando uma multiplicidade de vozes:

O que não se encaixar nos arquivos não seria descartado nem manipulado para caber. Preferivelmente, seria encorajada uma disposição entre múltiplas caixas. E, como já foi sugerido, estas caixas seriam otimizadas com flexibilidade e permeabilidade. Buracos seriam criados para permitir o deramamento de poder (Duff; Harris, 2002, p. 285, tradução nossa).¹⁷

Os mesmos autores sugerem uma prática arquivista capaz de acolher as dissonâncias ao invés de fazê-las encaixar num método rígido (2002, p. 285); eles sugerem um método multidescritivo contínuo, que incorpora diferentes camadas de informação sobre um mesmo arquivo, como suas origens, seus usos e trajetórias e intervenções ao longo do tempo (2002). Podemos refletir de que forma a trajetória dos arquivos impacta na sua própria constituição e no seu uso. É possível que seu quase-desaparecimento faça parte de sua história e tenha impacto nas pesquisas futuras? Existe aqui um desejo em não ignorar as continuidades históricas e políticas

¹⁶ "who owns them; on whose authority they depend; the political context in which they are visited; the conditions under which they are accessed; the distance between what is sought and what is found; the manner in which they are decoded and how what is found there is presented and made public."

¹⁷ "Things which do not fit the boxes would not be either discarded or manipulated to size. Rather, cross-box and multiple-box positioning would be encouraged. And, as has already been suggested, the boxes would be given optimal flexibility and permeability. Holes would be created to allow the power to pour out."

que circundam os arquivos e reforçar seu papel social, educativo e democrático e antirrevisionista.

Acredito que a identificação dos paradoxos que as relações pós-coloniais carregam cria a oportunidade para as forças progressistas e antirrevisionistas olharem criticamente para as continuidades do colonialismo e indagar de que forma suas consequências ainda afetam as sociedades, e assim estabelecer um fio condutor das suas lutas atuais com a história e a memória. Ou seja, a superação de contradições internas pode ter um reflexo externo. Enfrentar as contradições das relações pós-coloniais é a condição para o fortalecimento dos laços democráticos.

Referências

- 50 ANOS da independência da Guiné-Bissau: os sonhos por cumprir da geração da luta. [S. l.: s. n.], 26 set. 2023a. 1 vídeo (27 min 31 s). Publicado pelo canal RFI Português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=viD1mvYXTXE>. Acesso em: 19 out. 2025.
- 50 ANOS da independência da Guiné-Bissau: primeiros elementos históricos. [S. l.: s. n.], 20 set. 2023b. 1 vídeo (31 min 54 s). Publicado pelo canal RFI Português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2EZn58brHlc>. Acesso em: 19 out. 2025.
- CABRAL, Amílcar. *Textos da luta*. Lisboa: Edições Avante!, 2023.
- CALDEIRA, Alfredo et al. (org.). *Amílcar Cabral: Sou um simples africano...* 2. ed. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2001. Catálogo de exposição.
- CARDINA, Miguel. *O atrito da memória: colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Tinta-da-china, 2023.
- CARDOSO, Carlos. Compreendendo a crise de 7 de junho na Guiné-Bissau. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, Bissau, série 2, n. 2, p. 87-104, dez. 2000.
- DJALÓ, Iaguba. A situação de patrimónios documentais na Guiné-Bissau: caso da Biblioteca Pública Nacional e Arquivos Históricos do INEP. In: OS ARQUIVOS HISTÓRICOS E AS BIBLIOTECAS NACIONAIS NA PRESERVAÇÃO DO LEGADO HISTÓRICO E CULTURAL DOS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP, 2018, Lisboa. *Atas do encontro* [...]. Lisboa: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2018. p. 71-77.
- DJALÓ, Iaguba. *Os desafios da preservação e conservação do património histórico-documental da Guiné-Bissau*. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares) – Universidade Aberta, Lisboa, 2020.
- DOCUMENTOS: boletim informativo. Lisboa: Fundação Mário Soares, n. 2, ago. 1999.
- DUFF, Wendy M.; HARRIS, Verne. Stories and names: archival description as narrating

- records and constructing meanings. *Archival Science*, [s. l.], v. 2, n. 3-4, p. 263-285, Sept. 2002.
- FOTOGRAFIA destruição Inep. 1989. 1 foto-grafia. Fundo Inep, pasta 07934.035.007. Disponível em: <https://shre.ink/GOPw>. Acesso em: 19 out. 2025.
- FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. *Arquivo Amílcar Cabral*. Lisboa, Fundação Mário Soares, 2003.
- FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep): Guiné-Bissau. *Casa Comum*. Lisboa, [201-]. Disponível em: <https://shre.ink/GOYi>. Acesso em: 19 out. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (Guiné-Bissau). *A tragédia do INEP da Guiné-Bissau*. Lisboa: Inep, 17 mar. 1999. Disponível em: <https://shre.ink/GOYv>. Acesso em: 19 out. 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS (Guiné-Bissau). *Cooperação com a Fundação Mário Soares*, Lisboa. *Inep*. Bissau, [201-]. Disponível em: <https://shre.ink/GONu>. Acesso em: 19 out. 2025.
- INVESTIGADORES de todo o mundo consultam arquivo sobre Amílcar Cabral na Fundação Mário Soares. *Inforpress*, Cabo Verde, 19 maio 2024. Disponível em: <https://shre.ink/Gw9m>. Acesso em: 19 out. 2025.
- JAO, Mamadu. Uma leitura do conflito guineense. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, Bissau, série 2, n. 2, p. 105-123, dez. 2000.
- MBEMBE, Achille. The power of the archive and its limits. In: HAMILTON, Carolyn *et al.* (ed.). *Refiguring the archive*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 19-27.
- PAÇO, António Simões do *et al.* (coord.). *O 25 de abril começou em África*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2019.
- PORTUGAL. *Projeto de lei 77/XV/1ª, de 19 de maio de 2022*. Pela consagração do dia 25 de novembro como feriado nacional obrigatório. Lisboa: Assembleia da República, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/Gw1s>. Acesso em: 19 out. 2025.
- RAMOS, Victor. *Arquivos históricos da Guiné-Bissau/Fundação Mário Soares: um balanço de 5 anos de cooperação*. Alfragide: Oficina do Livro, 2013.
- SANÉ, Samba. O impacto do conflito político-militar sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, Bissau, série 2, n. 2, p. 203-220, dez. 2000.
- SOUTELO, Luciana. A memória pública sobre a revolução e a ditadura em Portugal: da valorização do antifascismo ao desenvolvimento do revisionismo histórico. In: LUÍS, Rita; SOUTELO, Luciana; SILVA, Carla Luciana (coord.). *A revolução de 1974-75: repercussão na imprensa internacional e memória(s)*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2014. p. 114-127.
- VIEGAS, Caterina Gomes; KOUAWO, Fafali. A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra? *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, Bissau, série 2, n. 2, p. 11-24, dez. 2000.

Henrique Godoy A. de Souza | Pesquisador na área de fotografia e memórias traumáticas. Doutorando em sociomuseologia na Universidade Lusófona em Lisboa, Mestre em museologia pela mesma universidade e atualmente está sob uma bolsa de pesquisa para doutoramento da Fundação para a Ciência e para a Tecnologia de Portugal com referência 2024.01663.BDANA acolhida pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso. Email: henrique.godoy@ulusofona.pt | Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1302882845675658> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3406-681X>.

<< Voltar ao início